

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O Globo

CLASS. : 129

DATA : 07 06 91

PG. : 07

Governo desacelera o Calha Norte

Telefoto de Josemar Gonçalves

BRASÍLIA — O Projeto Calha Norte, prioritário no Governo Sarney, está sendo desacelerado paulatinamente pelo Governo Collor, à espera de que o projeto de zoneamento ecológico e econômico da Amazônia — que deverá ser divulgado durante a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92 — fique pronto e forneça novos dados para a ocupação territorial daquela região. A informação foi dada ontem pelo Secretário de Assuntos Estratégicos, Paulo Leoni Ramos, em depoimento na Comissão de Defesa Nacional do Congresso. Leoni frisou que o projeto perderá a ênfase dada à segurança nacional em sua criação.

— O Calha Norte teve um papel importante. O que se busca hoje é um tratamento adequado para a região através dos Governos estaduais e municipais, que serão engajados no projeto logo que o diagnóstico ambiental estiver terminado — disse Leoni, também membro da Comissão Interministerial de Zoneamento Ecológico e Econômico do Brasil, que escolheu a Amazônia como prioridade de trabalho.

Os ministérios militares acreditam que o Calha Norte não foi sepultado, imaginando que parte dele poderá ser incorporado a uma nova estratégia de desenvolvimento para a região, que será elaborada a partir do projeto de zoneamento. Os militares se ressentem, contudo, da falta de participação dos ministérios civis no projeto.

Os Ministros da Aeronáutica, Sócrates Monteiro, e da Marinha, Mário César Flores, declararam diversas vezes que o Calha Norte não atingiu plenamente os seus objetivos por



Leoni pega documentos para depor perante a Comissão de Defesa Nacional

que os ministérios civis não se engajaram nele, conforme previsto. Para os dois ministros, a participação dos militares no projeto foi desvirtuada ao longo do tempo, porque de núcleos propulsores de desenvolvimento, eles passaram a ser os únicos

que agiam a favor do projeto.

O projeto de zoneamento ecológico e econômico, segundo Leoni, será o instrumento que a Secretaria de Desenvolvimento Regional usará para escolher as áreas que deverão receber apoio governamental.

Um plano ambicioso para a Amazônia

O Projeto Calha Norte, elaborado pelo extinto Conselho de Segurança Nacional, veio a público em outubro de 1966, quando o Governo Sarney liberou 99 milhões de cruzados — a moeda vigente na época — para a sua implementação ao longo da fronteira norte da Amazônia. Em 1987 foram liberados mais Cz\$ 340 milhões. O Ministério do Exército recebeu Cz\$ 201,5 milhões para construir estradas e instalar pelotões de fronteira; o da Marinha, Cz\$ 48,9 milhões para construir um navio-patrolha fluvial; o do Interior (hoje Infra-Estrutura), Cz\$ 44,3 milhões

para delimitar fronteiras; o da Aeronáutica, Cz\$ 38,6 milhões para construir aeroportos; o das Relações Exteriores, Cz\$ 6,1 milhões para ampliar a rede consular; e o do Planejamento (hoje Economia), Cz\$ 444 mil para gerir o projeto.

A justificativa do projeto, que passou à responsabilidade da Secretaria de Assuntos Estratégicos (Saden), era a defesa dos 6,5 mil quilômetros de fronteira que limitam o País com as Guianas, o Suriname, a Venezuela e a Colômbia. O Calha Norte abrange uma faixa de 160 quilômetros ao longa

dessas fronteiras, ou uma área de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, equivalente a um quarto da Amazônia Legal e a quase 15% do País. Nessa faixa, que vai de Oiapoque, no Amapá, a Tabatinga, no Amazonas, vivem 1,6 milhão de pessoas, grande parte indígenas. E nela estão importantes reservas minerais do País.

Além de ocupar a área com a transferência de população civil, o Calha Norte também visa a combater o narcotráfico e a evasão de divisas na região, através do contrabando de metais e pedras preciosas.